UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

CAMILA DINIZ NÓBREGA

A EXPANSÃO ECONÔMICA E TURÍSTICA DO CONDE-PB SOB O OLHAR DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

JOÃO PESSOA
2022

CAMILA DINIZ NÓBREGA

A EXPANSÃO ECONÔMICA E TURÍSTICA DO CONDE-PB SOB O OLHAR DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo (a) em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

JOÃO PESSOA
2022

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N754e Nobrega, Camila Diniz.
A expansão econômica e turística do Conde-PB sob o olhar de uma nova perspectiva de desenvolvimento local / Camila Diniz Nobrega. - João Pessoa, 2022.
38 f. : il.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Desenvolvimento Local. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Assentamento Tambaba - Conde-PB. 4. Covid-19. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves. II. Título.

UFPB/CCSA CDU 35

Elaborado por KATIANE DA CUNHA SOUZA - CRB-15/353

CAMILA DINIZ NÓBREGA

A EXPANSÃO ECONÔMICA E TURÍSTICA DO CONDE-PB SOB O OLHAR DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo (a) em Gestão Pública.

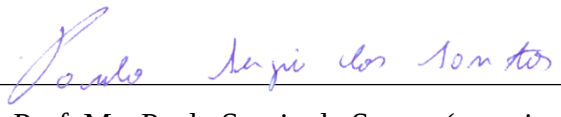
RESULTADO: ___Aprovada_____NOTA: _____

João Pessoa, ___22____de _____06_____de ___2022_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.Vanderson Gonçalves Carneiro (orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Marco Acco(examinador)
Universidade Federal da Paraíba



Prof. Me. Paulo Sergio do Santos (examinador)
Incubadora de Empreendimentos Solidários
INCUBES/UFPB

Dedico este trabalho a minha família, que muito me apoiou e me incentivou a realiza-lo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente, que sempre coloca no meu caminho pessoas especiais. Aquele que me concede forças para vencer os obstáculos da vida e me dá a esperança de dias melhores.

À minha mãe, Vânia Diniz e a minha avó, Iradi Diniz, verdadeiramente as maiores mestras da minha vida e que sempre acreditaram em mim e, apesar das circunstâncias mostrarem o contrário, mantiveram a fé.

A meu querido e amado filho Guilherme Diniz que foi uma das maiores fontes para as minhas inspirações e força.

A meu esposo Marcílio Xavier pela dedicação oferecida, pelos momentos de companheirismo, pela compreensão aos momentos de ausência, por todo apoio e incentivo para a construção e finalização deste projeto.

Aos meus familiares, que sempre se fizeram presentes em minha vida e torceram por mim, em especial aos meus padrinhos Marlete Alcântara e Estevão Alves (em memória).

Ao meu orientador, Prof. Dr. Vanderson Carneiro, pela oportunidade de me orientar. Agradeço a dedicação de seu tempo às leituras e as sugestões de melhorias realizadas. E o grande apoio para a conclusão deste trabalho.

A todos os meus amigos, que sempre estiveram torcendo por mim.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 14
2.1 GLOBALIZAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO 14
2.2 PARALELOS ENTRE O TBC E O TURISMO DE MASSA 16
2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS REFLEXÕES TEÓRICAS 17
2.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO TBC 20
2.5 TURISMO E O IMPACTO DA PANDEMIA NO BRASIL 22
2.5.1 EFEITO DA COVID NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA 25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 25
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS 26
4.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 26
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DO TBC NO BRASIL 27
4.2.1 INICIATIVAS DO TBC NO ÂMBITO NACIONAL 28
4.2.2 INICIATIVAS DO TBC À NIVEL NORDESTE 29
4.2.3 INICIATIVAS DO TBC NO ESTADO DA PARAÍBA 29
4.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO TAMBABA 30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34
REFERÊNCIAS 36

A EXPANSÃO ECONÔMICA E TURÍSTICA DO CONDE-PB SOB O OLHAR DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

RESUMO

O desenvolvimento local é o processo no qual as mudanças sociais buscam a conformidade entre a conservação do seu ambiente e o crescimento econômico, equidade social e a qualidade de vida. Sua prática advém da utilização dos patrimônios naturais e culturais, com a finalidade de incentivar a conservação da localidade a fim de promover o desenvolvimento local através das experiências vividas dos seus visitantes. Neste sentido, o Turismo de Base Comunitária (TBC) através de suas experiências, tem viabilizado a geração de renda e superação da pobreza por meio desta atividade, além da conservação dos seus recursos ambientais, culturais e o bem estar das suas comunidades locais. Com base nisso, este estudo teve como objetivo levantar informações sobre experiências de TBC no Município do Conde - PB, e analisar o contexto de sua prática e adoção dos princípios norteadores. Através de uma abordagem qualitativa, fundamentadas em análises conceituais e suas aplicabilidades nos princípios que regem o turismo de base comunitária. Observou-se que as atividades desenvolvidas no Assentamento Tambaba atende aos princípios do turismo comunitário bem como sua atividade poderá promover o desenvolvimento da localidade. O Assentamento Tambaba, Conde-PB, reúne atrativos que justificariam a discussão sobre a prática turística naquele espaço, articulando medidas de inserção a comunidade. Ao relacionarmos o turismo de base comunitária e a produção do espaço local queremos trazer a reflexão de que, apesar das adversidades enfrentadas pelas comunidades, seu uso adequado do espaço para a qualidade de vida é possível e satisfatória.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Turismo Comunitário. Assentamento Tambaba.

ABSTRACT

Local development is the process in which social changes seek conformity between the conservation of their environment and economic growth, social equity and quality of life. Its practice comes from the use of natural and cultural heritage, with the purpose of encouraging the conservation of the locality in order to promote local development through the lived experiences of its visitors. In this sense, Community-Based Tourism (TBC) through its experiences, has made it possible to generate income and overcome poverty through this activity, in addition to conserving its environmental and cultural resources and the well-being of its local communities. Based on this, this study aimed to gather information about TBC experiences in the Municipality of Conde - PB, and to analyze the context of its practice and adoption of the guiding principles. Through a qualitative approach, based on conceptual analyzes and their applicability in the principles that govern community-based tourism. It was observed that the activities developed in the Tambaba Settlement meet the principles of community tourism as well as its activity can promote the development of the locality. The Tambaba Settlement, Conde-PB, brings together attractions that would justify the discussion about the tourist practice in that space, articulating measures of insertion to the community. By relating community-based tourism and the production of local space, we want to reflect that, despite the adversities faced by communities, their proper use of space for quality of life is possible and satisfactory.

Keywords: Local Development. Community Tourism. Tambaba Settlement.

1 INTRODUÇÃO

O Turismo brasileiro enquanto setor econômico é reconhecido como importante gerador de divisas capaz de gerar oportunidades de trabalho e renda bem como de contribuir para a diminuição das desigualdades regionais e sociais em discrepantes pontos no nosso território. O Plano Nacional do Turismo (PNT) consiste na ferramenta de planejamento e ação estratégica do governo federal, para estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. Entre as diretrizes do PNT 2007-2010, destacam-se o compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social por meio da implementação de programas orientados por objetivos como o de estruturar destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico. O Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010) prevê o fortalecimento das modalidades do Turismo de Base Local, Base Comunitária e da Produção Associada ao Turismo. Essas modalidades têm em comum a valorização das identidades locais e a geração de renda para os produtores ou comunidades gestoras da atividade turística.

Na contribuição de Coriolano (2003), o turismo denominado como comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passaram a serem os articuladores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida.

Observa-se que o turismo faz relação com as politicas públicas que é responsável pelo segmento de turismo que se deseja ser investido e desenvolvido em determinada localidade. Em segundo ponto, como entendimento acerca da politica pública, entende-se que são mediantes as ações do governo que podem ser “divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação que influenciam as realidades econômica, social, ambiental, espacial e cultural” (LUCCHESE, 2004 apud MENDES et Al., 2010, p.4). É de importância ressaltar que esse acompanhamento do processo de políticas públicas desde seu planejamento à pós-execução é de caráter essencial e devem ser permanentes, visando atender as necessidades de suas localidades.

Com a crise econômica advinda do surto do coronavírus afetando a economia mundial, traz-se como consequência o desemprego e o empobrecimento da sociedade. Seu impacto atinge o social, pois é impedida de realizar encontros e viagens, logo a prática do turismo sofre prejuízo. As restrições dos serviços não essenciais, viagens canceladas, fechamento total de locais com o qual foi adotado o distanciamento social, fizeram do turismo uma vitima da pandemia (LAPOINTE, 2020). De repente, o setor foi visto num colapso enquanto que

anteriormente estava sendo visto como área constando excesso de turistas (Higgins – Desbiolles, 2020).

É nesse contexto pandêmico que o setor do turismo vem buscando inovações e transformações, através delas, novas práticas turísticas foram impostas para que os destinos se adaptassem com as atuais procuras e com elas, ir de encontro com as necessidades e exigências dos viajantes.

Faz-se necessário, para que ocorra o desenvolvimento da potencialidade turística sendo esta social, ambiental e/ou econômica, a adoção de métodos alternativos que introduza as necessidades da sua comunidade no processo de planejar e desenvolver suas atividades, tendo como ponto importante os fenômenos sociais e culturais e não apenas a atividade econômica (CHICICO, 2012). Sem o planejamento no uso dos seus recursos naturais bem como nos diversos recursos turísticos, mesmo com benefícios econômicos na área em questão, pode acarretar em impactos negativos, na qual advêm pela degradação ambiental, e a qualidade da vida social e cultural dos indivíduos de local determinado (HANAI, 2009). Com isso, é de necessidade conhecer e estimular a implementação de projetos que visem traçar alternativas ao turismo convencional, tendo como norte o equilíbrio entre a relação turismo x meio ambiente, cultura x comunidade, proporcionando o desenvolvimento crescente e de inclusão, visto que encontra no turismo a oportunidade de geração de trabalho e renda. Surgem, nesse contexto, novos modelos alternativos de desenvolvimento turístico na qual destaca-se o Turismo de Base Comunitária – TBC como sendo considerado uma alternativa para alcançar o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma atividade que vem sendo difundida em várias localidades, tomando como ponto de partida uma das questões do que seria o turismo comunitário. Associada a uma dinâmica que consiste com o crescimento de baixo para cima denominada cosmopolitismo, segundo tipologia de Boaventura, onde os atores locais são os que desempenham um papel central. Cavaco (2001) afirma que o que importa no crescimento econômico, identificado como a produção de riquezas, é o desenvolvimento no seu âmbito social, econômico e territorial, envolvendo processos de mudanças estruturais, redistribuindo equilibradamente as riquezas locais, melhorando rendimentos, condições de vida e expectativas, principalmente daqueles grupos sociais menos favorecidos.

Tomando como ponto de partida histórica, no Brasil, o planejamento turístico surgiu em 1966 com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), que constituiu o conhecido Sistema Nacional de Turismo, tornando-se essenciais na construção das políticas nacionais de turismo. Na época, sua

principal ideia era atrair investimentos externos por meio dos incentivos financeiros. (DELGADO, 2009).

Em 2003, no mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva no governo federal, criou-se o Ministério do Turismo (MTUR) tendo como objetivo a implantação de um modelo novo de gestão pública, descentralizada e participativa, contribuindo assim para a solução de desigualdades das regiões, possibilitando incluir novos agentes sociais, sendo composto pela Secretaria de Políticas de Turismo, a Secretaria de Programas de Desenvolvimento e o EMBRATUR.

Seus principais programas de incentivo ao turismo, segundo o MTur (2021) são essenciais para a regulamentação do turismo brasileiro e para garantir a qualidade dos serviços ofertados aos viajantes, sendo eles:

- **Cadastur** - sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas atuantes do setor turístico com garantia em varias vantagens e oportunidades de negócios aos seus cadastrados;
- **Selo Turismo Responsável -** programa que estabelece práticas de higienização e protocolos para cada segmento do setor, que tem como objetivo a diminuição dos impactos causados pela atual pandemia e a preparação do setor para um retorno progressivo às suas atividades;
- **Fungetur -** mecanismo essencial à promoção dos negócios turísticos, através da oferta de crédito para empresas relacionadas ao setor, promovendo melhorias no atendimento ao turista, gerando oportunidades, empregos e renda;
- **Programa de Qualificação -** curso de extensão gratuito e 100% on-line para profissionais do turismo ou que desejam ampliar seus conhecimentos em atendimento;
- **Código de Conduta Brasil** - instrumento este de compromisso, de livre adesão, com o objetivo de trazer orientação e estabelecer procedimentos éticos para prestadores de serviços turísticos, seus funcionários e colaboradores para que, ao desempenhar suas atividades, adotem ações preventivas e de enfrentamento ao crime de exploração sexual de crianças e adolescentes;
- **Guia Turismo Acessível** - aplicativo de pesquisa, colaborativo, a fim de promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a atrações e serviços turísticos;
- **Prodetur+ Turismo** - programa apoiador dos entes públicos e privados no acesso a recursos de financiamentos que viabilizam projetos de estruturação do turismo;

- **Mapa do Turismo** - instrumento do Programa de Regionalização do Turismo na qual define o recorte territorial a ser trabalhado no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas pelo MTur;
- **Programa de Regionalização** - programa que integra ações do MTur aos seus estados, regiões e municípios do país, apoiando a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do setor de turismo em seus eixos de atuação.

No Nordeste, foram marcadas por suas políticas regionais do turismo: Megaprojetos turísticos, que "objetiva ampliar a infraestrutura hoteleira regional"; Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, processo de desenvolvimento turístico voltado à população, a fim de apresentar que além do potencial turístico, é imprescindível também a mobilização da sua comunidade à volta das políticas públicas e iniciativas existentes; o Programa para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), política territorial de fomento as atividades turísticas voltadas à realidade nordestina, que busca aperfeiçoar os "aspectos da infraestrutura básica e de acesso e aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade" (CRUZ, 2002, p.77). Iniciam-se suas atividades em 1995 como PRODETUR NE I e finaliza em 2005, amplia sua atuação nos Estados no ano de 2002 como PRODETUR NE II e conclui em 2012 e ressurge como PRODETUR Nacional; e o Programa de Regionalização do Turismo trazendo consigo posturas inovadoras.

Nesta perspectiva, o Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil, indica os caminhos nos quais localizam regiões e/ou roteiros em que comunidades receptoras assumem o papel de atores principais na oferta dos produtos e serviços turísticos, o presente projeto visa criar oportunidades para o conhecimento acerca do turismo de base comunitária na costa do Conde-PB, enquadrando-se em um plano de desenvolvimento local sob a ótica das comunidades rurais, indígenas, pesqueiras e quilombolas da região, sendo elas diretamente responsável pelo planejamento das atividades locais e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos ofertados pela comunidade.

O município do Conde, localizado na microrregião do litoral sul do estado da Paraíba, possui área de unidade territorial de 172,950 km^2 e em relação à capital, João Pessoa, situa-se a 16,9 km. Através do censo demográfico de 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Conde possui população de aproximadamente 21.400 habitantes e como população estimada no ano de 2021 é de 25.341 habitantes. O turismo enquadra-se como a principal e mais lucrativa atividade econômica do município em razão da sua extensa orla marítima (19,85 km^2) do distrito de Jacumã, na qual concentram-se as

seguintes praias: Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho e Tambaba.

Apesar de o segmento ser pouco conhecido no litoral paraibano, o turismo de base comunitária tem sido visível como campo de estudo, almejando o desenvolvimento social e sustentável dessas comunidades. Acredita-se ainda que a atividade fosse introduzida nas comunidades como alternativa de geração de emprego e renda para residentes, pois foi tornada como verdade à ideia de que o turismo se configura como uma grande oportunidade de empregos para as populações locais. Compreende-se assim que se trata de uma nova vertente do turismo que atrai uma demanda específica de turista.

Com base no exposto, essa pesquisa emergiu com o intuito de responder a seguinte indagação: Em que medida as experiências de Turismo de Base Comunitária tem resistido à pressão do turismo convencional e mantido em sua base os seus princípios norteadores?

A partir desta problemática, este estudo teve como objetivo levantar informações sobre experiências de TBC no Município do Conde - PB, e analisar o contexto de sua prática e adoção dos princípios norteadores.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, elenca-se conseguinte os objetivos específicos:

- Apontar na literatura a discussão sobre as diferenças entre o TBC e turismo convencional, bem como destacar os princípios norteadores que regem o Turismo de Base Comunitária;

- Identificar experiências de Turismo de Base Comunitária e analisá-las quanto a sua aproximação aos seus princípios norteadores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GLOBALIZAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Por globalização, entende-se como: “O processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de considerar como sendo local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 2003, p. 433). Trazendo para a atualidade, marcado pela globalização da produção e das trocas pelo aumento das atividades de serviços, os municípios convertem-se no espaço preferencial de propagação, visto que é nelas que são colocadas em prática as decisões de investimentos e de localização da indústria e dos serviços.

O potencial do desenvolvimento é que lhe dará meios de respostas aos desafios colocados pela expansão da competitividade, atrelado aos processos de ajuste produtivo da organização em meio à utilização de seus próprios recursos, à difusão das inovações e aos fortalecimentos das relações com outros municípios, tornando-se de necessidade as respostas estratégicas através das iniciativas locais, que são capazes de estimular o desenvolvimento interno.

Com a movimentação do capital, permitiu com que o mesmo não respondesse pelo que acarretaria sua exploração e ganhos. Com isso as comunidades sofreram com a ampliação do turismo globalizado, advindo pela inserção do capital externo a localidade, apropriação de espaço, proveito da comunidade e dos seus recursos ambientais. Deste modo, os benefícios da atividade turística foram sendo monopolizado por determinados grupos, principalmente das pessoas de fora, ao passo que sua comunidade local carregava essa consequência exploradora.

Com isso, Santos (2002) propõe ao Turismo de Base Comunitária que, ao analisar a sociedade moderna pontua a existência de duas racionalidades: uma que justifica e da direção aos arranjos socioeconômicos do capital e outra trazendo a lógica cosmopolita que da direção aos arranjos alternativos ao sistema principal.

O uso do termo de “globalizações”, no plural, é defendido por Boaventura Sousa Santos e identificado por quatro tipologias, sendo elas: localismo globalizado e globalismo localizado (vinculado à globalização hegemônica) e, cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade (vinculado à globalização contra-hegemônica). Dessa forma, deve-se mudar a aplicação do *localismo globalizado*, construído de cima para baixo, na qual configura-se por ser “o processo pelo qual determinado fenômeno, entidade, condição ou conceito local é globalizado com sucesso” (Santos, 2006, p.438), para o *cosmopolitismo*, construído de baixo

para cima, sendo este "emergência global resultante das articulações/coligações transnacionais entre lutas locais pela dignidade, inclusão social autônoma, auto-determinação". (2006, p.440)

Podemos observar que o turismo de base comunitária é uma política de desenvolvimento local associada a uma dinâmica cosmopolita, ou seja, de "baixo para cima", na qual seus atores locais são quem desempenham um papel central na sua execução, definição e controle. De acordo com Cavaco (2001),

> "O que importa no crescimento econômico, identificado como a produção de riquezas, é o desenvolvimento no seu âmbito social, econômico e territorial, envolvendo processos de mudanças estruturais, redistribuindo equilibradamente as riquezas locais, melhorando rendimentos, condições de vida e expectativas, principalmente daqueles grupos sociais menos favorecidos".

Contudo, a atividade turística pode ajudar a diminuir suas disparidades regionais, como motor de desenvolvimento e a valorização do território, em razão da entrada de recursos financeiros que mostrarão benefícios a todos os envolvidos do setor.

O Turismo Rural Comunitário, termo utilizado por Maldonado (2007), advém como forma de resistência do grupo local em seus territórios, resistências essas às demasiadas mudanças inseridas pelo processo de globalização ao seu lugar.

As mudanças no capitalismo vêm alterando seus modos, suas ideologias e criando novas tensões e contradições, ou seja, se o Estado, no século XIX, tinha como prioridade o bem-estar da população, nas últimas décadas traz consigo a adaptação à economia nacional em relação à economia mundial. A participação das nações periféricas na globalização se dá por meio do turismo, segundo os autores Mowforth e Munt (2003),

> "Por essa razão, o turismo representa uma atração considerável a muitos governos do Terceiro Mundo, e dessa forma, ele tem sido amplamente promovido tanto dentro dos países periféricos quanto pelos "especialistas" do Primeiro Mundo como meio de diversificação econômica e como importante mecanismo para a obtenção de divisas estrangeiras. Todavia, pode-se perceber que os benefícios advindos da atividade turística para os países de Terceiro Mundo são insustentáveis, uma vez que o turismo praticado nos países periféricos, na sua grande maioria, é o turismo de massa, que gera poucos benefícios líquidos e não proporciona desenvolvimento para a população local. Dessa forma, corrompe as culturas locais e os benefícios econômicos potenciais são reduzidos como resultado da apropriação dos países do primeiro mundo em grande parte do trade turístico mundial".

Logo, o processo de desenvolvimento será solidificado a partir do momento em que os indivíduos possuírem os seus direitos assegurados, ou seja, a liberdade individual é fator importante para o combate aos problemas enfrentados pelo próprio ser humano. Neste

sentido, as atividades ligadas ao turismo estão relacionadas aos processos de globalização, (entendidos no plural, ou seja, relacionados ou afetados por uma globalização hegemônica ou contra hegemônica) e, por sua vez, implicam em graus e princípios diferentes de desenvolvimento local. Cabe esta diferenciação e o que implica a ênfase no Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento local, especialmente neste contexto de pandemia.

Nos próximos tópicos iremos indicar esta diferenciação do TBC com o turismo de massa/convencional, passando para uma conceituação e caracterização do TBC, e o que está posto neste contexto de pandemia.

2.2 PARALELOS ENTRE O TBC E O TURISMO DE MASSA

O turismo comunitário é e deve ser desenvolvido concomitantemente e harmonicamente com a sua comunidade e o meio ambiente, a modo que ambas sejam beneficiarias imutáveis, deixando de ser meras espectadoras do seu processo de seguimento, visto que o turismo quando seguido dentro das suas gêneses da sustentabilidade, "[...] fortalece as culturas local e regional, preservando a identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, dos grupos e das regiões, com elevação da autoestima dos indivíduos/cidadãos" (BRASIL, 2007).

Já no turismo, segundo Pinto (2016), o domínio que o local tem para a execução de suas atividades dar-se-á do argumento de utilização de políticas e programas baseados nas descentralizações financeiras e administrativas, levando em consideração que as pequenas comunidades nem sempre tem o seu resultado alcançado, de acordo com pesquisa realizada por Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009). Com isso, pode-se afirmar que o turismo [...] "tem seu crescimento coordenado e orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo" (BARRETO, 2000, apud MENDONÇA, 2004).

Logo, faz-se necessário buscar uma alternativa que divirja ao turismo de massa, respeitando suas tradições e heranças culturais e/ou locais, surgindo assim o Turismo Comunitário ou TBC que contrapõe a cadeia turística. Protagonizado pela comunidade receptora, onde sua gestão de bens e serviços turísticos está em conformidade com sua própria vontade (COSTA, 2013). Suas principais atrações, oferecidas aos turistas, são suas vivencias, rotinas e atividades primárias (agricultura familiar, pesca, etc), traçando assim um modo de captação de renda.

Seu modelo propõe um desenvolvimento que traga privilégios à comunidade local, garantindo condições de vida digna, numa cultura de cooperação, solidariedade e parceria. É uma alternativa ao turismo convencional, trazendo consigo a oportunidade de valorização das práticas sustentáveis da utilização dos recursos naturais e gerando a promoção da interculturalidade, e integração do homem com o meio ambiente beneficiando a todos com sua prática. Desse modo, abre-se uma gama de oportunidades de trabalho em consonância com a mão de obra familiar, aumentando sua renda e melhorando a condição de vida local.

2.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS REFLEXÕES TEÓRICAS

Caracteriza-se, por comunitário, como sendo um indivíduo coletivo, com obrigações e direitos, constituído com base na participação de modo voluntário de seus membros, com ou sem sustento institucional no direito consuetudinário ou de viver em um território comum. Como conceito, sob outro ângulo, Coriolano (2003) destaca por turismo comunitário "aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passaram a serem os articuladores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida". O turismo comunitário abre caminhos para as comunidades, que são levadas à transformação como núcleos receptores do turismo, buscando no mesmo, meios para o seu desenvolvimento local, além de beneficiarem a si própria com a produção de produtos e prestação de serviços.

De acordo com a EMBRATUR (2003),

> "Ao analisar o fenômeno turismo devem-se levar em conta dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas. O primeiro procura regiões que oferecem atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar o tempo livre dos mesmos por meio das atrações que já possui ou que pode criar".

A ligação entre os dois tipos de turistas produzem resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico, de modo que sua localidade organiza-se e dinamiza o setor turístico.

A abordagem acerca do Turismo Comunitário se dá através do conceito de território, pois seu desenvolvimento turístico se da através dos interesses das comunidades, com o fortalecimento de atividades tradicionais. Sampaio (2006) propõe que,

> "O Turismo Comunitário siga os mesmos princípios da socioeconomia, que tenta criar alternativas à hegemonia da racionalidade utilitarista econômica. O foco é colocado na valorização e preservação de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda pela produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado distanciado do racionalismo utilitarista e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais".

Em outras palavras, propõe que o desenvolvimento de estratégias alternativas acerca do turismo não enseja somente o lucro, contudo busca a sua sustentabilidade entendida pelo sentido amplo. Assim, implica na estimulação do surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local surgindo com isso pequenos empreendimentos que trazem consigo benefícios direitos e/ou indiretos à população local.

As premissas da ideologia do turismo de base comunitária, consideradas a partir das informações fornecidas pela OMT (2014), se constituem como um instrumento possível de motivar o desenvolvimento das atividades econômicas, desta forma, é apontado como a atividade mais promissora, com a qual vem contribuindo veemente para a economia mundial, trazendo benefícios a sua comunidade através de geração de emprego e renda, promoção do desenvolvimento local e desenvolvimento ecologicamente sustentável por não poluir o meio ambiente e nem degradar a natureza. O turismo tem se caracterizado como atividade dicotômica, visto que no tempo em que transforma os locais em lugares turísticos tendo como finalidade o desenvolvimento econômico e social, tem também a capacidade de trazer grandes transformações em seus territórios afetando diretamente a memória, modo de vida e a identidade da sua população.

Para Mitraud (2003), o conceito de ecoturismo de base comunitária parte de uma perspectiva de turismo responsável, com isto, este tipo seria o de "turismo realizado em áreas naturais, sendo determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade" (MITRAUD, 2003, p. 23).

Sua expressão "de base comunitária", conforme refletida no Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária, está ligada à forma organizacional e ao modelo de gestão turística, desta forma, foi sugerida ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que fosse utilizada o termo "Turismo de Base Comunitária (TBC)", aumentando as possibilidades de arranjos institucionais e segmentos do turismo, mediante modelo de gestão baseado na participação da comunidade.

Segundo o Ministério do Turismo, Órgão Oficial do Turismo no Brasil, o TBC denominado ainda de solidário, de conservação, dentre outras designações, é configurado como:

> Modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009**,** p. 362).

O turismo comunitário, conceito concebido por Coriolano, desenvolvido de forma excepcional debates sobre o tema em comunidades:

> O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (CORIOLANO, 2009, p. 282).

Modelo no qual caminha sentido contrário ao turismo convencional, trazendo autonomia para sua comunidade que passa a atuar diretamente na gestão de planejamento e desenvolvimento das suas atividades, e gerenciamento dos seus serviços turísticos proporcionando-os a uma mudança social positiva. Destaca-se que só será possível se houver a participação ativa da comunidade, conforme destaca Irving (2009). Com isso, refletirá no desenvolvimento do programa respeitando os valores de cada agente envolvido no processo, induzindo a não comercialização de patrimônios cultural e natural, havendo assim um intercâmbio intercultural, segundo Zaoual (2009), garantindo as durabilidades sociais e ecológicas.

> Não se comercializa o que os turistas desejam; se disponibiliza o que entende ser valoroso, em termos culturais e ambientais. O intercâmbio, as relações são o princípio fundamental do TBC. Assim como quem busca, está aberto a se adaptar e valorizar os códigos dos lugares visitados. Trata-se, portanto de um turismo que tem nas relações de hospitalidade a principal motivação. Entretanto, não se exclui o contrato. As relações econômicas são enriquecidas por outras relações que ultrapassam a racionalidade do lucro imediato (BURSZTYN; SANSOLO, 2009 p. 150)

Todavia, o turismo de base comunitária é uma possibilidade efetiva de desenvolvimento do uso público e a visitação aos locais de conservação, estabelecendo ganhos mediante conservação ambiental e/ou local, às comunidades locais e das proximidades bem como aos visitantes. Comprova o diferencial do TBC das outras modalidades de turismo existentes, tendo como foco a dimensão social, demarcada numa perspectiva de grande autonomia social nas quais são e/ou estão envolvidas no processo, possibilitando o crescimento da justiça social e da qualidade de vida, trazendo consigo o desenvolvimento

social pleno. Entende-se que existem diversos desafios ao estabelecimento das atividades, que podem ser superados através do conhecimento e de capacitação aos envolvidos a respeito sobre o tema.

2.4 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO TBC

A partir desta reflexão teórica, alguns autores e organizações elencam uma série de princípios que norteiam a prática do TBC. Este tópico descreve alguns desses princípios.

Segundo Sampaio (2006), os princípios do TBC se dão a partir de: preservação do ambiente, valorização das relações sociais solidárias, geração de emprego e renda por meio do associativismo, no revigoramento significativo da virtude humana e no uso apropriado dos recursos naturais bem como a capacidade da sua população local.

Para Irving (2009), seus princípios são elencados em seis características imprescindíveis para o seu desenvolvimento: inspiração interior – a vontade dos grupos sociais da localidade deve ser refletida; protagonismo social – planejar, implementar e avaliar projetos turísticos; escala limitada – é estabelecida desde os recursos do local, suas potencialidades e restrições apontadas com a participação direta da comunidade envolvida; benefícios direto à sua população; valorização e promoção da sua cultura; e promoção do encontro entre os atores locais e os turistas – devem ocupar conjuntamente o papel de agentes, sujeitos e objetos no processo.

Coriolano (2009) aponta quatro princípios necessários ao TBC, nas quais são: necessidades sentidas – iniciativas surgem por intermédio das necessidades dos residentes locais; participação – envolvimento da população local na construção de um processo de seu desenvolvimento; cooperação – parcerias das iniciativas com o setor público e/ou privado; auto sustentação – necessidade de meios que garanta a gestão, manutenção e controle da comunidade no processo; e universalidade – população deve ser beneficiada com todos os seus êxitos.

Para o ICMBio (2018), sua implantação deve está de acordo com os princípios e diretrizes compatíveis com a preservação da biodiversidade, com a salvaguarda da história e cultura das comunidades locais e o protagonismo da comunidade no incremento da atividade. Seus princípios são: conservação da sociobiodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum e transparência.

Muito embora reconheça a existência das iniciativas, o MTUR não aborda o TBC em sua classificação oficial de tipologias, bem como não adota conceitos. No entanto, constata

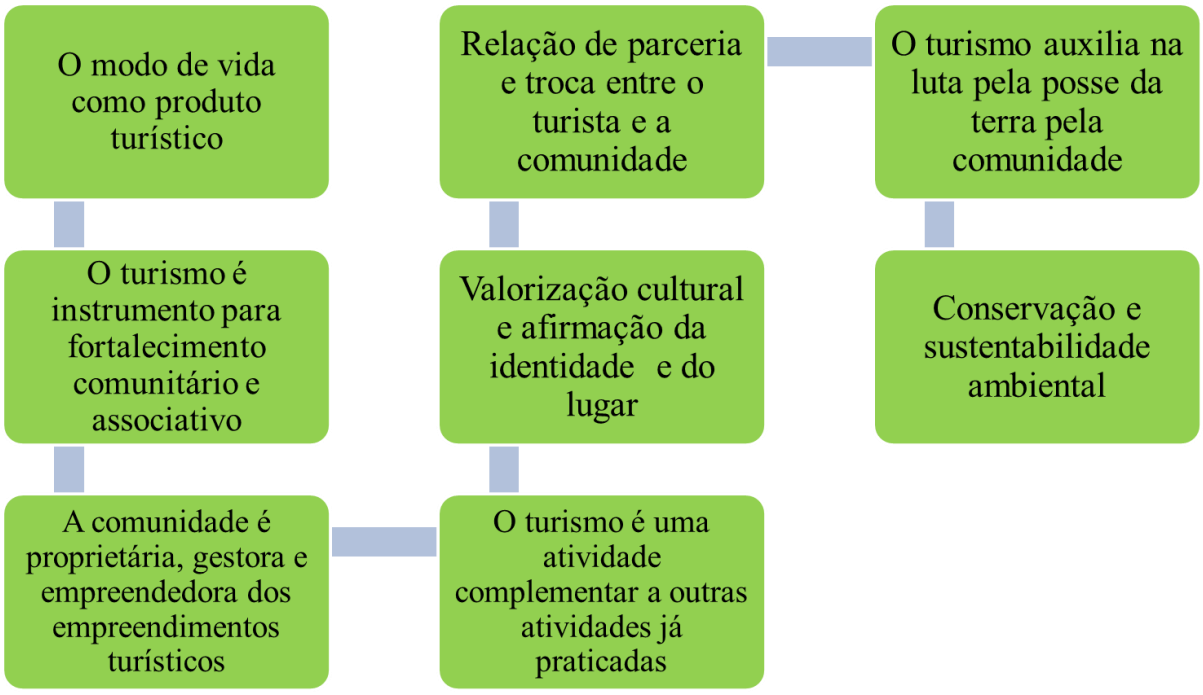
princípios comuns frente à discrepância das concepções acerca do TBC, sendo ele: autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local e, protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas nos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTUR, 2010).

Todavia, toda iniciativa é única visto que é apresentada em condição própria e específica de sua vivência e/ou discernimento no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo de base comunitária e, para tal, podendo ser expressivo com maior intensidade em determinado ponto que a outro e em tempos discrepantes do seu processo.

Logo, o TBC se aproxima a um modelo de desenvolvimento local, na qual sua capacidade provém da sua contribuição para a consolidação da existência humana em coletividade, através do seu trabalho, da sua interação social, política e cultural. Seu andamento necessita do saber intrínseco e sua comunidade participa dos processos de planejar, implementar, avaliar e efetivar, e garantir a sustentabilidade e conservação de seu patrimônio natural.

O quadro abaixo apresenta de forma resumida os princípios que regem o TBC de acordo com a junção dos pensamentos dos autores citados neste capítulo.

Quadro 01: Princípios Norteadores do TBC



Fonte: Camila Diniz

2.5 TURISMO E O IMPACTO DA PANDEMIA NO BRASIL

A sociabilidade, que tem como objetivo a arte do encontro, é um conceito utilizado há muito tempo na sociologia e a razão de diversas ações praticadas pela humanidade. Conceitos estes caracterizados como chave do turismo, na qual dizem respeito ao contato com outros lugares, pessoas, culturas e gastronomias. Segundo definição de Georg Simmel (1983), na qual se deu origem à noção de sociabilidade com diversas características, desvinculando-se de termos do processo de sociação[1] porém de forma criativa voltada a definição da sociedade:

> "sociedade" propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade (SIMMEL, 1983, p.168).

Percebe-se o turismo como prática social, entendimento a priori das interpretações consideradas como atividade econômica, no campo da gestão dessa prática, além da prática em si (FIGUEIREDO, 2010). Com isso, tem-se a noção do quão devastador é o surto pandêmico para as sociabilidades e bem como nas gestões de mercados dessas práticas. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a pandemia do coronavírus promoveu a diminuição dos turistas internacionais, detendo das maiores perdas nos dez primeiros meses do ano de 2020, sendo considerado um dos setores mais afetados, superando as perdas de crises econômicas do capital e epidemias passadas. Denotando, também, dispêndio considerável nas receitas internacionais do turismo[2], com isso terá um longo caminho a percorrer até a sua retomada.

Com ela, acarretou num grande impacto para todas as populações do mundo. Os países que não ignoraram a gravidade da situação foram os que se saíram melhor no controle, cuidados e prevenção do vírus, com isso têm a crise mais controlada e baixa nos números de casos e também nos óbitos. As medidas de isolamento e/ou distanciamento social se confirmaram com a sua eficácia (CUNHA et al.,2021). Medidas estas restritivas e sugeridas pelos organismos de saúde impedindo a mobilidade das pessoas, evitando aglomerações e assim, tornando as viagens bem menos frequentes. Em contrapartida, os países que postergaram essas medidas bem como não investiram no seu sistema de saúde, observaram os

[1] Simmel elabora o termo de "sociação" para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam.
[2] Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo internacional (ONU News).

altos números de casos e também de óbitos da sua população. Segundo estudo do Lowy Institute (LOWY, 2021), um dos países que mais erraram em suas medidas de combate ao coronavírus foi o Brasil.

Seu impacto no turismo atinge a prática social, pois é impedida de realizar encontros e viagens, logo o lazer sofre prejuízo haja vista que a sociabilidade é limitada. Em todo o Brasil, as atividades turísticas foram diretamente afetadas acarretando em perdas desde o inicio da pandemia, pontos turísticos fechados, voos suspensos, meios de hospedagens obrigados a estarem fechadas, as programações preparadas pelos profissionais de turismo e lazer, como as festas populares, não foram realizadas de forma presencial, contudo foi adotando meios como programações de internet, a exemplo das lives culturais e artísticas. A atividade turística como setor da economia implodiu-se também.

Com a crise econômica por causa do novo coronavírus afetando, de forma drástica, a economia mundial, num mundo globalizado, em alguma dimensão todos irão sentir seus efeitos, tendo como consequência o desemprego e o empobrecimento geral da população. A segunda onda da pandemia trouxe consigo a necessidade de ampliação das regras voltadas à saúde pública e ao distanciamento social ligado à COVID-19, tendo como grande desafio à retomada dos setores do turismo.

Conforme previstos pelos organismos internacionais ligados a atividades turísticas, como a OMT, agência especializada no âmbito das Nações Unidas, um quadro econômico que se aproxima o turismo, possivelmente, demandará anos para conseguir chegar ao seu nível anterior à crise levando em consideração a produção de riqueza como volume de seus fluxos. Vareiro e Pinheiro (2017) consideram que, em geral, as crises têm influencia relevante na condução das viagens. Segundo as mesmas, cerca de 57,2% dos viajantes alteram seus roteiros turísticos quando aproxima-se de uma crise econômica manifestada, por ocasião, de uma crise de saúde púbica.

Diante das condicionalidades, a população está à espera, antes de planejar e frequentar novas atividades turísticas, avaliando a situação e o ritmo que antecedia à pandemia, com a expectativa de que retome as atividades e consiga manter postos de trabalhos com arrecadações aos patamares anteriores. O tão sonhado fim da pandemia se dá pela produção de vacinas para a imunização em massa da população, trazendo projeção de um avanço que aponta para a recuperação leve do segmento no fim de 2022.

Nesse contexto de pandemia, o setor turístico está passando por inovações e transformações. A COVID-19, com as implantações das medidas restritivas, atrapalhou o atendimento direto voltado para o turista, por outro lado, algumas práticas existentes foram

acentuadas. Com o tempo em isolamento, à vontade de viajar para destinos onde os viajantes buscam experiências únicas na qual o conhecimento de novas culturas e a vivencia com relação ao estilo de vida daquela localidade são cada vez mais apreciado, destinos também de natureza está cada vez mais presente, bem como viagens para locais próximos de sua cidade e de curto tempo, a exemplo de “bate e volta”, turismo rural e a conciliação de viagens a trabalho com lazer.

Novas práticas voltadas ao turismo foram impostas para que os destinos se adaptassem com as novas procuras, destacando-se tendências qualitativas que vêm sendo colocadas em prática e que devem ser consolidadas na era do pós-pandemia. Pouco considerados como consumidores de atividades turísticas, os trabalhadores remotos hoje são apontados como importante nicho de mercado, incentivando, impulsionando e beneficiando diretamente as atividades do turismo local (destinos comuns e vazios) e seus agentes de serviços. Para ir de encontro com as necessidades e exigências desses viajantes, a infraestrutura turística dos parques, restaurantes, agricultura recreativa, rede hoteleira, dentre outros terá que disponibilizar de uma rede de internet de qualidade e atuar conforme as exigências sanitárias, bem como buscar inovações em seus ambientes fornecendo acomodações agradáveis e práticas.

De todo modo, não está claro qual a ênfase que será dada no incentivo a este tipo de turismo, especialmente o TBC naquilo que se refere ao seu modelo de gestão comunitária e os seus princípios norteadores.

No próximo tópico, analisaremos um caso de TBC que vem resistindo à pressão do turismo convencional e ilustra bem as características de um TBC, seus desafios.

Contudo, é nessa conjuntura que o turismo cultural e o ecoturismo se encaixam, tendo como atrativo central o seu patrimônio natural e cultural, tornando assim insumos pertinentes para o desenvolvimento de produtos do trade turístico de qualidade. Tem-se, também, a oportunidade de investimento na sustentabilidade no turismo, como entendimento de forma mais ampla, a maneira de garantia à preservação da cultura, recursos naturais e também a integridade das comunidades visitadas.

O Turismo de Base Comunitária (TBC), também conhecido como turismo comunitário ou solidário, tendo como protagonista à sua própria comunidade receptora tem importante papel na iniciativa para geração de alternativas de rendimento para suas comunidades locais, bem como tem o papel de contribuir para a manutenção de sua região e outras áreas de preservação. A ideia intrínseca é promover um turismo justo, que a sua comunidade local esteja no protagonismo em todas as etapas (planejamento, implementação e monitoramento),

levando em consideração a sustentabilidade social e ambiental de suas atividades, ou seja, é uma chance de se agregar aos locais visitados, observando seu modo de vida e cultural, ao mesmo tempo em que contribui para seu desenvolvimento. Assim, o turismo de base comunitária se propaga como um importante aliado impulsionador para o desenvolvimento econômico, social e local.

2.5.1 EFEITO DA COVID NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Intimamente ligado às comunidades locais, o turismo de base comunitária é quem favorece os agentes de serviços e fornecedores locais com foco no ambiente e cultura local (Strydom et al.,2019). Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), o TBC não é visto mais como um segmento de mercado, mas como um novo paradigma para o turismo.

Com a proliferação do vírus da COVID-19, as comunidades envolvidas com o turismo passaram a ser vulneráveis, ainda mais enfático para as comunidades que abriram mão das suas atividades anteriores para desenvolverem uma nova atividade no setor do turismo e, neste momento, estas foram paralisadas. Sob a ótica da saúde pública, o isolamento social foi adotado e com isso deixando de receber turistas; pela visão econômica, o desemparo com a possibilidade da perda de sua renda e a dependência do retorno das atividades.

Para Peralta (2008), o turismo não veio para substituir outras atividades econômicas tradicionais, contudo houve a redução da produção agrícola familiar e seus membros passaram a depender do turismo como fonte de renda principal, tornando-se assim preocupante visto que houve a suspensão completa da atividade. Seus danos podem não afetar só apenas economia global e/ou nacional, como o sustento das pessoas nos destinos turísticos (Sausmarez, 2007) e, por conseguinte, os empreendimentos comunitários.

Romagosa (2020) aponta que, aqueles que se baseiam no patrimônio natural e cultural local, oferecendo seus produtos, não superlotam sua localidade e propicia experiências de qualidade para quem os procuram, serão os que poderão se posicionar bem nesse novo contexto, exigindo assim a transformação da economia a fim de superar a disparidade e associar o turismo versus às necessidades da localidade (Lapointe, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a experiência de turismo comunitário no Assentamento Tambaba, localizado no município de Conde, a 25km de João Pessoa-PB. A

escolha do local de pesquisa se deu pelo fato do Assentamento se destacar dentre as demais comunidades da região, sendo a que mais se aproxima dos princípios norteadores do TBC.

Quanto aos objetivos propostos na pesquisa, a mesma se define como uma pesquisa exploratória, na qual, segundo Gil (2008), são realizadas com a finalidade de proporcionar familiaridade com o problema. A partir desses objetivos, o artigo foi estruturado em quatro partes, além desta metodologia e introdução. A primeira limitou-se a uma revisão teórica do tema, a prática da atividade à luz dos princípios norteadores do TBC, explanação sobre o impacto causado pela pandemia do coronavírus sob o turismo no Brasil e no turismo de base comunitária, e por fim as iniciativas do TBC e o Assentamento Tambaba.

A metodologia foi fundamentada em análises conceituais e suas aplicabilidades nos princípios que regem o TBC. Para composição do referencial teórico ligado ao Turismo de Base Comunitária foram analisados estudos de Santos (2002), Maldonado (2007), Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), Coriolano (2003), Sampaio (2006), Irving (2009), dentre outros. Assim, este trabalho dedicou-se ao objetivo de verificar a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas aplicabilidades, considerando como lócus de pesquisa o município do Conde na Paraíba.

Sua revisão bibliográfica empenhou-se na inserção dos agentes locais, sobretudo aqueles inseridos em áreas cujo seus recursos naturais e culturais são relevantes para a prática turística, e sendo assim, trazendo o TBC como meio de inclusão da sua própria comunidade no setor turístico. Nesta pesquisa, foi possível detalhar experiências nacionais de turismo comunitário e também observar suas necessidades bem como seus desafios para o processo de transformação dessas comunidades antes não vista em destinos turísticos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O município do Conde, situado na microrregião do litoral paraibano e faz parte da região metropolitana de João Pessoa, tem seus limites: João Pessoa (13km), Santa Rita (25km), Alhandra (26km), Pitimbu (55km) e o Oceano Atlântico. Através do censo demográfico de 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de aproximadamente 21.400 habitantes e como população estimada no ano de 2021 é de 25.341 habitantes, distribuídos em unidade territorial de 171,267 km^2. Seu clima se enquadra como tropical com média de 18º.

Suas praias são de belezas cênicas e a mais conhecida e visitada da região é a de Tambaba, por ser permitida a pratica do naturismo no Brasil onde tornou-se mundialmente conhecida por ser o primeiro do gênero no Nordeste a permitir, desde 1989, com apoio oficial. Para receber todo tipo de público, o lugar é hoje dividido em duas áreas distintas: a reservada exclusivamente às pessoas que querem desfrutar do passeio completamente nu e as que não abrem mão das roupas de banho. Para tal, uma placa de condutas na área de nudismo alerta quais as regras para a permanência no local como a proibição de entrada de homens desacompanhados, fotografar e filmar sem autorização dos naturistas, práticas obscenas, deixar lixo na praia e desrespeitar os demais. Para que essas regras sejam cumpridas, há a fiscalização feita pelos representantes das entidades que cuidam da região.

Outra bastante conhecida é a praia de Tabatinga pela sua diversidade de ecossistemas onde seus visitantes podem encontrar falésias, banho de agua doce e morna, maceiós, recifes e corais. A praia de Coqueirinho é conhecida por suas falésias, canyons e por suas praias de água doce cristalina.

De acordo com o IBGE (2003) sua incidência de pobreza encontra-se no percentual de 65,95% e sua incidência de pobreza subjetiva em 71,89%. Em relação ao seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010 pontuou 0,618.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DO TBC NO BRASIL

De acordo com o Ministério do Turismo, as vivências do TBC nos estados brasileiros surgem em meados dos anos 90, sendo estruturada independente de ações públicas. Após criação do MTur, as iniciativas do TBC são discernidas como um fenômeno social econômico, através das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e pesquisadores do tema. Posteriormente, através de seus representantes, com o intuito de reconhecerem o turismo local, foi dialogado com órgãos do Governo Federal o apoio ao desenvolvimento do TBC resultando na criação de um Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, onde foram aprovados 50 projetos distribuídos por 19 estados do Brasil, lançado em 2008, tendo como finalidade o conhecimento e apoio ao desenvolvimento das comunidades locais que se configuram como turismo comunitário.

Com esta decisão, a potencialidade das iniciativas de TBC foi evidenciada no país, sendo considerada sob duas vertentes: da oferta, onde a ampliação dos bens e serviços e a gestão turística da localidade são de responsabilidade da comunidade; e da demanda, no qual o interesse dos turistas pela procura de novas experiências estava em constante crescimento.

Todavia, a pretensão para esta fase do artigo é mostrar casos existentes na qual o turismo tem sido utilizado de forma consciente pela sociedade local com sua apropriação e valorização étnicos e identitários a fim de mostrá-los aos seus visitantes.

4.2.1 INICIATIVAS DO TBC NO ÂMBITO NACIONAL

É possível observar algumas iniciativas consolidadas e que são reflexos para as demais, exemplos em diversas regiões, tendo suas potencialidades turísticas e particularidades territoriais, como exemplo:

- Parque Nacional do Pico da Neblina – situado no Estado do Amazonas, com sobreposição as outras áreas protegidas, dentre elas terras indígenas. O TBC surge como aliado na transformação dos seus conflitos históricos e como alternativa para a melhoria na qualidade de vida dos Yanomamis;
- Área de Proteção Ambiental de Petrópolis/RJ – criada com o intuito de conservar a Mata Atlântica e o conjunto paisagístico-cultural da região. O TBC surge como incremento à renda dos moradores do Quilombo da Tapera e trazendo possibilidades de emprego para a própria localidade;
- Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns – situada no Estado do Pará, protagonista do TBC na Reserva através da comunidade Anã e sendo referência nacional na gestão do TBC através da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte).

Há ainda iniciativas nas quais são organizadas em rede, estas são estratégias que propiciam a articulação com os envolvidos, promove sucesso para os projetos em andamento e ainda visam à tomada de decisão em ações coletivas mais coordenadas, de acordo com Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009). Segundo Temoteo (2019), estas podem ser caracterizadas como sendo um tipo de organização onde as comunidades são consolidadas e recebem o apoio para o planejamento e desenvolvimento de suas atividades voltadas ao turismo, utilizando-se da prática do respeito, troca de cultura, prezando pela atividade sustentável.

No Brasil, suas principais redes são a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol), possuindo, atualmente, 13 projetos espalhados pelo estado e recebe apoio do projeto Bagagem (TURISOL, 2019); o Projeto Bagagem, que pretende, atualmente, ser um espaço de compartilhamento das suas experiências, bem como a aglutinação de conteúdos e os mais diversos conhecimentos pelo turismo comunitário (PROJETO

BAGAGEM, 2020); e a Rede Cearense de Turismo Comunitário – Tucum, como sendo uma articulação composta por grupos de comunidades da zona costeira do Ceará (TUCUM, 2019).

4.2.2 INICIATIVAS DO TBC À NIVEL NORDESTE

No Nordeste, o Ceará tem sido o principal incentivador e promotor do TBC através da rede Tucum – pioneira na área do turismo comunitário no seu estado -, na qual é constituída por 11 comunidades, nas quais são: Assentamento Maceió Curral Velho, Caetanos de Cima, Jenipapo-Kanindé, Batoque, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa Tremembé, Centro de Formação Frei Humberto (MST), Tatajuba e Vila da Volta (TUCUM, 2022).

Na Bahia, o Parque Nacional da Chapada Diamantina é considerado, pelo MTur em 2010, como o principal roteiro de ecoturismo no estado brasileiro. O TBC emerge como forma de proporcionar produtos turísticos que unem-se aos atrativos naturais da localidade, contribuindo com a qualidade de vida dessa comunidade.

Nos estados do Maranhão e Piauí, a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba vê o TBC como forma de apropriação do patrimônio regional com a afirmação da biodiversidade e cultura local, e no aproveitamento econômico e sustentável da localidade e seus recursos.

4.2.3 INICIATIVAS DO TBC NO ESTADO DA PARAÍBA

Ainda são individualizados e embrionários os projetos de iniciativas do TBC no estado da Paraíba, contudo é possível constatar algumas localidades que têm potencial para a aplicação desta pratica nos seguintes locais:

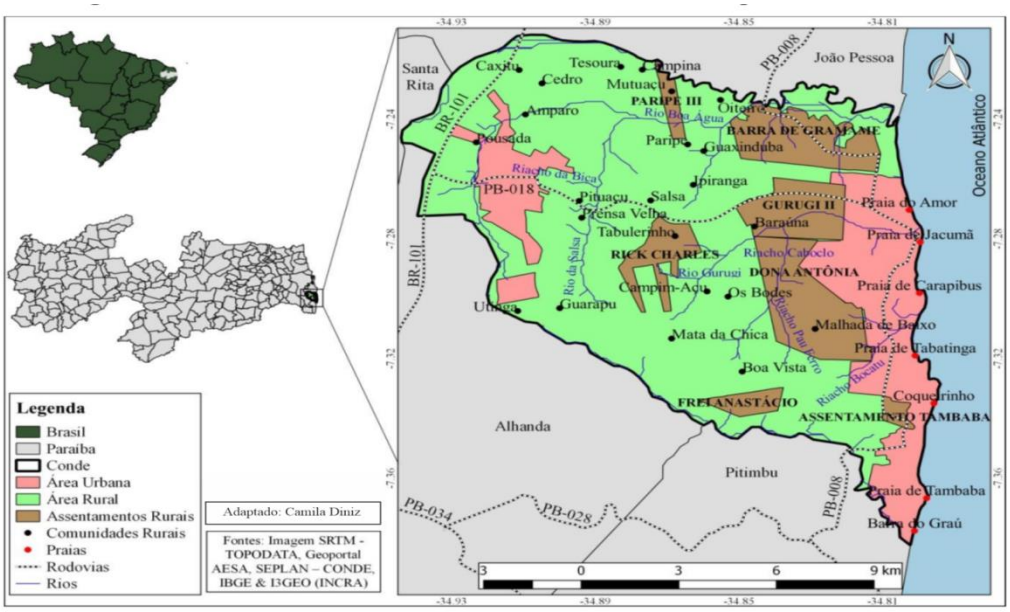
- No município de João Pessoa, Vale do Gramame através da Escola Viva Olho do Tempo – EVOT, que reúne pescadores, quilombolas, comunidade local, oferecendo atividades de cicloturismo, visitação guiada, apresentações culturais, fabricação e venda de doces e culinárias locais;
- No município de Areia, a comunidade de Chã Jardim, na qual possui maior destaque por seu exemplo de turismo comunitário, oferecendo caminhadas e trilhas, vendas de produtos locais, restaurante comunitário e para completar o roteiro turístico camping e hotel de barracas;
- No município de Conde, o Assentamento Tambaba, oferecendo doces produzidos pela própria comunidade, plantio de frutas e raízes, artesanatos vindos do

extrativismo vegetal, bem como pesca artesanal praticada na praia próxima a comunidade. Ela é a iniciativa estudada e que será detalhada no próximo capítulo.

4.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO TAMBABA

Na Paraíba, os assentamentos rurais possuem uma elevada densidade, ao todo, são 314 assentamentos e cerca de 14.645 famílias distribuídas em 99 municípios, ocupando uma área total de 294.672,09 hectares (INCRA, 2018). Na faixa litorânea de maior fluxo turístico do Estado, que compreende a faixa litorânea do município do Conde-PB, há oito assentamentos comunitários, (Figura 01). Dentre os assentamentos comunitários destacados na figura, o Assentamento Tambaba destaca-se como o território de maior ordenamento do turismo de base comunitária, onde existe uma notória aproximação de seus princípios norteadores.

Figura 01 – Comunidades rurais e assentamentos e no município de Conde - PB



O Assentamento Tambaba está localizado em importantes pontos de visitação turística sendo respectivamente: o mirante da Santinha (Figura 02) e o mirante Dedo de Deus (Figura 03) em duas das principais praias turísticas da Paraíba, Coqueirinho e Tambaba. Segundo a PBTUR, são aproximadamente 200 turistas circulando diariamente pelo Assentamento em buggues, quadriciclos e veículos pequenos, acrescido de aproximadamente 300 turistas que trafegam em ônibus de operadoras receptivas de turismo. Nos meses

considerados de alta temporada, o número de turistas no Assentamento Tambaba pode chegar até 700 pessoas por dia.

Figura 02 - Mirante dedo de Deus

Fonte: Acervo Oxente Turismo

Figura 03 - Mirante da Santinha

Fonte: Acervo Oxente Turismo

Muito embora a localidade possua uma grande variedade de atrativos naturais, o local de visitação mais intenso é o lote da família de Luiza de Nelson, onde, a natureza exuberante somatiza com os atrativos da cultura material e imaterial da comunidade que desde 2013, empreendem negócios voltados ao turismo. Segundo informação dos moradores já se registravam, pelo menos, 17 negócios voltados ao turismo na localidade até o ano de 2020, em virtude do período pandêmico, alguns empreendedores sofreram grandes impactos e atualmente foram reduzidos a 15.

Em sua totalidade, cinco famílias empreendem em seus respectivos lotes separadamente. Sendo três deles, ocorrendo de forma independente, e os outros 12 promovem juntos iniciativas firmadas a partir de forte vínculo comunitário, marcado pelo laço de parentesco e/ou vizinhança. Todos são caracterizados como pequenos negócios administrados pela família. Destacam-se os negócios pioneiros da família de Luiza e Nelson (Moradores do Assentamento), que se inicia com os Doces Tambaba e reafirmam a oferta de turismo de base comunitária contra hegemônico do Assentamento. Deste modo, pôde se constatar que os negócios voltados ao turismo no Assentamento, se caracterizam por um notório protagonismo da comunidade, que prioriza a oferta de produtos locais e regionais criados e desenvolvidos pela própria comunidade.

Diante do protagonismo adotado pelas famílias residentes do local, o projeto pioneiro, Doce Tambaba, foi o primeiro case de sucesso na implementação da atividade turística sob a

perspectiva contra-hegemônica do desenvolvimento local, hoje, a loja do Doce Tambaba torna-se parada obrigatória dos roteiros turísticos da região, sendo os guias de turismo, os principais divulgadores do negócio.

O bom desempenho do empreendimento pioneiro deu origem ao Doce Tambaba Shopping Rural, um espaço comunitário, que se tornou um empreendimento de sucesso ao atrair e encantar os turistas, demonstrando seus saberes e fazeres no universo da gastronomia, cultura e turismo. O Shopping Rural Tambaba é administrado por proprietários pertencentes ao mesmo núcleo familiar e residem no assentamento que formam um conjunto de 11 negócios conforme quadro abaixo:

Quadro 02 - Empreendimentos do Shopping Rural de Tambaba

Nº	Nome do Negócio	Produto Ofertado/ Descrição Da Atividade	Início
01	Doce Tambaba	Produzido no Assentamento doce caseiro e exposto à venda.	01/2013
02	Coco do Seu Nelson	Venda de coco verde.	2014
03	Tambaba Artes	Artesanato regional.	09/2017
04	Flor de Jambo Sorveteria Tambaba	Sorvete fornecido por morador local.	10/2017
05	Cachaçaria Tambaba Flor de Caju	Produzidas na comunidade as cachaças saborizadas e licores; cachaças fornecidas por morador local.	11/2017
06	Casa das Frutas Tambaba	Drinks, coquetéis, frutas e saladas de fruta fornecidos por vendedores locais e regionais.	02/2018
07	Tapiocaria da Teteca	É possível observar a preparação dos pratos que são servidos, sendo: tapioca, caldinho de macaxeira com charque, café, bolo, dentre outros.	04/2018
08	Pimenta Tambaba	Venda da pimenta em conservação.	04/2018
09	Foto com Lampião	Venda da foto impressa tirada na hora com Lampião.	05/2018
10	Castanha Tambaba	Castanhas, amendoins fornecidos por comerciantes regionais e pimentas em conserva de sua produção.	09/2018
11	Taipa Moda Praia	Venda de roupa de banho e acessórios de praia.	2019

Fonte: Camila Diniz

A maneira de planejar e executar as atividades econômicas voltadas para o turismo no assentamento ampliou a valorização do lugar, que, outrora relacionado à pobreza, passa ter imagem associada a um exemplo de desenvolvimento econômico com as atividades produtivas voltadas ao turismo. O ordenamento do Shopping Rural trouxe resultados

significativos para o lugar, obrigando a sociedade e o governo local a atentar-se para o território antes visto como lugar de atraso. Nesse sentido, também são pressionados a atentar-se à assistência de serviços básicos no local, tais como: estruturação das vias de acesso, ampliação da oferta e distribuição de energia, ampliação do sistema de saúde básica, cursos e capacitações. A prática adotada no lugar também estimula abertura de outros empreendimentos de moradores do assentamento, do ano de 2016 em diante, registra-se implementação de pelo menos outros quatro negócios familiares voltados ao turismo: Restaurante Toca do Bambu, inaugurado em dezembro de 2016; Casa de Taipa, aberto em dezembro de 2017; Restaurante Brasilândia, aberto em julho de 2017, e Sítio Tambaba Camping, operando desde novembro de 2018. Neste contexto a abertura dos novos negócios que compõem a cadeia produtiva do turismo no Assentamento Tambaba, além de gerar emprego e renda, trouxe para a população um novo olhar sob a perspectiva do desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que as modificações da sociedade exacerbam-se, os modelos tradicionais da produção e consumo não mais atendem as demandas do bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento e, com essa mudança cria-se a necessidade de um ambiente que propicie buscas por soluções inovadoras na qual haja a possibilidade de repensar as atividades humanas e o seu reflexo ao ambiente e sua existência. Com isso, o turismo de base comunitária vem com propostas nas quais buscam se afastar do turismo convencional – uma forma alternativa de fazer turismo - sugerindo ponderar os ganhos econômicos com a preservação do meio ambiente e sua inclusão produtiva das comunidades locais, destacando seus princípios norteadores a fim de desenvolver sua localidade e superar a pobreza.

Pode-se dizer que a benesse para o turista que realiza o turismo comunitário inicia-se com uma forma de relação distante da sua, favorecendo o que pode-se chamar de experiência autêntica (Ribeiro, 2009), ou seja, as trocas de experiências ocorrem sem intervenções.

É interminável o debate acerca do desenvolvimento local dentro da profundidade do tema. Com isso, o TBC surge com a necessidade de atender demandas sociais para um desenvolvimento mais responsável, devendo ser operacionalizado como ferramenta que busca a melhoria da qualidade de vida de sua comunidade, preservação do meio ambiente e solidariedade; promove o desenvolvimento local, a participação dos seus agentes nos processos de criação e aplicabilidade das atividades turísticas, fortalecendo assim o protagonismo comunitário – principio este fundamental ao TBC - e a organização social da sua localidade.

Baseando-se nos princípios do turismo comunitário, foi observado na pesquisa que a comunidade e seus agentes locais utilizam-se dos recursos naturais de forma consciente, suas manifestações culturais são mantidas, não deixando a cultura ser escondida. Traçando comparação entre os meios pelos quais são realizadas as atividades do Assentamento Tambaba, com os princípios norteadores do Turismo Comunitário, pode-se observar que a comunidade e seus agentes aplicam esses princípios com resultados satisfatórios, possibilitando um bem estar social para os turistas e para os moradores locais envolvidos.

Para além das experiências aqui mencionadas, outras comunidades existentes têm trabalhado para a articulação do TBC baseado em seu patrimônio cultural imaterial partindo de iniciativas particulares. Ao fazermos a relação entre o turismo de base comunitária e a sua produção do espaço refletimos que, mesmo com os problemas que as comunidades enfrentam,

é possível fazer o uso adequado do espaço para uma qualidade de vida satisfatória. Assim, o turismo se mostra como aliado para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico.

Diante dos expostos apresentados, observou-se que a atividade turística que é desenvolvida no Assentamento Tambaba está devidamente aplicada nos princípios do TBC. Presume-se que, ao longo dos anos a atividade só amplie e se espalhe por outras localidades, sendo modelo para outros assentamentos ou localidades da região e assim contribuir ainda mais para o desenvolvimento local.

Contudo, dessas experiências tira-se o aprendizado que os novos sujeitos de poder e conhecimentos compartilhados se fazem presentes nesses espaços, com sua organização advinda do trabalho em conjunto. As formas de convivência e sociabilidade nos mostra que a autogestão de trabalho destes sujeitos retira-os da condição de subordinados. Nesta opção, o TBC pode ser um meio de construção para outras economias através da experimentação da prática coletiva.

O município por sua vez deve ouvir e identificar as necessidades de cada agente do setor com o intuito de criar soluções e permitir a expansão da atividade bem como a melhoria da infraestrutura turística da comunidade, respeitando os princípios que regem o turismo de base comunitária.

Portanto, para que aconteça, é imprescindivel que haja um plano com ações de promoção e estruturação do TBC a fim de que todos tenham o conhecimento do potencial turístico da modalidade, cabendo ao gestor público: fomentar, incentivar, propor soluções e/ou caminhos, sendo este um importante ator na tomada de decisões. Além disso, promover um plano de capacitação dos agentes do turismo comunitário, gerando eficiência, qualidade e segurança na prestação de serviços pela comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). **Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade. Brasília: [Ministério do Turismo], 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2007). Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, p.15.

BURSZTYN, I., BARTHOLO, R. & DELAMARO, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In R. Bartholo, D. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.), **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras (pp. 76-91). Letra e Imagem.

CORIOLANO, L.N. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp.277-288.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo**: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

IBGE – **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/conde/panorama> Acesso em: 08 jun. 2022.

ICMBIO - **Turismo de Base Comunitária**: princípios e diretrizes. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br- turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf> Acesso em: 05 mai. 2022.

IMPACTO ECONÔMICO DO COVID-19: Propostas para o Turismo Brasileiro Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/2a-edicao-impactoseconomicos-da-covid-19-propostas-para-o-turismo-junho-2020> Acesso em: 01 mai. 2022.

INSTITUTO LOWY – **Índice de Desempenho Covid**. Disponível em: <interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/> Acesso em: 15 mai. 2022.

IRVING, M. de A.. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: reinventar é possível? In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LAPOINTE, D. (2020). **Reconnecting tourism after COVID-19**: the paradoxo f alterity in tourism áreas, Tourism Geographis, 22 (3), 633-638. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1762115> Acesso em: 08 mai. 2022.

MALDONADO, C. **Fortalecendo redes de turismo comunitário**. In: @local.glob - número 4, 2007, pp. 8-14.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramenta para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF Brasil, c 2003.

MTUR – Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Ministério do Turismo – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88p.

MTUR - Ministério do Turismo. **Relatório de Impacto da Pandemia de COVID- 19 nos setores de turismo e cultura no Brasil.** Site Da nos setores de turismo e cultura no Brasil dos e Fatos.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo internacional**. ONU News, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736672> Acesso em: 20 mai. 2022.

PERALTA, N. (2008). **Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM**. UAKARI, 4(1), 29-40.

PINTO, P. M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia**: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PROJETO BAGAGEM – **Sobre**. Disponível em: <https://projetobagagem.org/site/pt/sobre/> Acesso em: 16 jun. 2022.

RATZEL, Friedrich**. Sobre a interpretação da natureza**. Geographia (UFF), vol. 12, n.23, 2010 [1904].

_____. **A relação entre o solo e o Estado** - Capítulo I: O Estado como organismo ligado ao solo. (Tradução de Matheus Pfrimer). GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, pp. 51 - 58, 2011[1897].

ROMAGOSA, F. (2020). **The COVID-19 crisis**: Opportunities for sustainable and proximity tourism, Tourism Geographies, 22(3), 690-694. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1763447> Acesso em: 10 jun. 2022.
SANCHO, A; IRVING, M.A. **Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: uma interpretação preliminar. Geografias Artigos Científicos. Belo Horizonte, 07(1) janeiro-junho de 2011, pp. 44-57.

SANSOLO, D; BRUSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 142-161.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática e **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, [s.d]. Vol. 1.

_____. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, et al. **Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, out 2002.

SAUSMAREZ, N. (2007). **Crisis management, tourism and sustainability**: The role of indicators. Journal of Sustainable Tourism, 15(6), 700-714. Disponível em <https://doi.org/10.2167/jost653.0> Acesso em: 15 mai. 2022.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. **Fomento ao turismo de base comunitária**: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). ***Turismo de base comunitária***: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

SIMMEL, G. **Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal**, In: MORAES FILHO, E. (Org.), Georg Simmel: sociologia. São Paulo, Ática, 1983. p. 165-181.

STRYDOM, A., MANGOPE, D. & HENAMA, U. (2019). **A critique of the interface between tourism, sustainable development and sustainable tourism in community-based tourism theory**. African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure, 8(5), 1-12.

TEMOTEO, J.A.G. **ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DO USO DE INDICADORES**: um estudo desenvolvido em comunidades do Nordeste brasileiro (Tese) doutorado. Universidade Federal da ParaíbaUFPB. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, 2019.

TURISOL - **Valorizando O Turismo Solidário Nas Comunidades**. Disponível Em: <http://Www.Unisolbrasil.Org.Br/Turisol-ValorizandoO-Turismo-Solidario-Nas-Comunidades/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Comunidades**. Disponível em: <http://www.tucum.org/rede-tucum/ > Acesso em: 12 jun. 2022.

VAREIRO, L. M. C, & Pinheiro, T. C. S. (2017). A influência da crise na **escolha pelo consumidor entre agências de viagens ou operadores on-line**. *Revista Turismo Visão e Ação*, 19(2), 220-243.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, pp. 55-75.